

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE JARDIM
COORDENAÇÃO DO CURSO DE
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

ELAINE MARIA DE SOUZA CARDOZO

**O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DO
ASSENTAMENTO RECANTO DO RIO MIRANDA**

**JARDIM
2011**

ELAINE MARIA DE SOUZA CARDOZO

**O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DO
ASSENTAMENTO RECANTO DO RIO MIRANDA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Geografia da Universidade
Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade de Jardim,
como Pré-requisito para a obtenção do Grau de
Licenciado em Geografia.

**JARDIM
2011**

FICHA CATALOGRÁFICA
Elaborada pelo Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação
UEMS - Jardim

CARDOZO, E. M. S.. de

O Processo de Organização da Produção do Assentamento Recanto do Rio Miranda

54 f.

TCC (Graduação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Orientadora: Prof^ª. Dra. Ana Maria Soares de Oliveira

1. A Questão Agrária e a Reforma Agrária no Brasil, 2. A Pluriatividade e a Coletividade no Assentamento Recanto do Rio Miranda, 3. As Condições de Vida e Produção no Assentamento Recanto do Rio Miranda.

É concedida à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul permissão para reproduzir cópias deste TCC somente para propósitos acadêmicos e científicos.

Elaine Maria de Souza Cardozo

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a toda minha família, que sempre estiveram ao meu lado me apoiando nas horas de dificuldades. À minhas irmãs Edna, Eva e Ramona, aos cunhados Dorival e Francisco que não pouparam esforços para me ajudar quando necessário.

E especialmente à minha mãe, Erondina que batalhou muito para nos dar uma vida digna e mesmo sem ter cursado nenhuma Faculdade sempre nos incentivou a estudar. E também ao meu filho Matheus, que é meu maior motivo para conseguir alcançar meu objetivo.

AGRADECIMENTOS

A realização desse trabalho foi graças a contribuição de pessoas muito especiais as quais agradeço.

A minha família pelo apoio e incentivo nas horas de dificuldades...

Aos colegas e amigos que estiveram me dando forças ao longo desse caminho...

A Prof^a.dr^a. Ana Maria de Oliveira Soares pela paciência e dedicação com a qual me orientou.

EPÍGRAFE

[...] Nas escolas, nas ruas, campos, construções

Somos todos soldados, armados ou não

Caminhando e cantando e seguindo a canção

Somos todos iguais braços dados ou não

Os amores na mente, as flores no chão

A certeza na frente, a história na mão

Caminhando e cantando e seguindo a canção

Aprendendo e ensinando uma nova lição

Vem, vamos embora, que esperar não é saber,
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer.[...]

(Pra não dizer que não falei das flores/ Geraldo Vandré)

RESUMO

Este trabalho tem como objeto de pesquisa o Assentamento Recanto do Rio Miranda, que se localiza a 30 km do meio urbano da cidade de Jardim/MS na saída para cidade de Bela Vista/MS, e traz para a discussão a questão agrária no Brasil, e, por conseguinte a reforma Agrária. O presente trabalho apresenta ainda um levantamento do processo de formação do assentamento, desde a luta pela terra, ainda enquanto acampados até os dilemas atuais vivenciados no assentamento. Trata-se de um breve estudo sobre o cotidiano das famílias assentadas, no qual apresentamos questões referentes à habitação, saúde, educação, alimentação, conflitos internos e a produção agrícola e pecuária realizada no interior do assentamento. Tem como intuito mostrar a realidade na qual se encontra este assentamento rural, as ações do poder público, que tenta resolver a questão agrária com medidas paliativas aqui ou acolá, mas que acabam por transformar, em muitos casos, os assentamentos em “favelas rurais”. O objetivo deste trabalho foi ainda apreender e compreender como funciona o sistema de uso e produção nas terras individuais e coletivas, expondo as dificuldades e percalços que grande parte das famílias tendem a enfrentar para tentar ao menos viver com dignidade. Além de discutir como estes assentados lidam com a questão da coletividade.

Palavras-Chave: Questão agrária. Assentamento Recanto do Rio Miranda. Reforma Agrária. Coletividade. Pluriatividade.

ABSTRACT

This project of research the settlement called “Recant do Rio Miranda”, where is located 30 km from urban area of the city Jardim-MS, on the road to the city of Bela Vista-MS, and brings a discussion about the agrarian issue in Brazil, and, therefore the agrarian reform. The present project also shows a survey of the formation process of this rural settlement. It is brief study about the everyday life of the settled families in which we show issues related to housing, health, education, food, internal conflicts and the agricultural and cattle production that takes place in the settlement. This project was developed in order to show the reality of the rural settlement, the actions of the government, that tries to solve the agrarian issue with palliative measures here or over there, but that ends up transforming, in many cases, the settlements into “rural slums”. The aim of this research was also apprehend and understand how works the system of use and production in the individual and collective lands, exposing the difficulties and mishaps that most families tend to face to, at least, try to live with dignity. Besides discussing how these settlers deal with collectivity issue.

Key-words: Agrarin Issue. Recant do Rio Miranda Settlement. Agrarian Reform. Collectivity. Pluriaty.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa (adaptado) do Assentamento Recanto do Rio Miranda.....	32
---	----

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Trecho do Rio Miranda com mata ciliar preservada.....	34
Foto 2 - Casa do Assentamento Recanto do Rio Miranda.....	35

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados de produção por assentados entrevistados.....	41
---	----

LISTA DE SIGLAS

CONTAGRI – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

FETAGRI - Federação dos Trabalhadores na Agricultura

HA – Hectares

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MS – Mato Grosso do Sul

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PT – Partido dos Trabalhadores

II PNRA – Segundo Plano Nacional de Reforma Agrária

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

UDR – União Democrática Ruralista

SUMÁRIO

CAPÍTULO I: A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL E A LUTA PELA TERRA.....	22
1.1- O Processo de Reforma Agrária no Brasil a partir de 1980.....	27
1.2- A formação do Assentamento Recanto do Rio Miranda no contexto da Reforma Agrária em Mato Grosso do Sul.....	31
1.2.1 - Histórico de Formação do Assentamento Recanto do Rio Miranda.....	32
1.2.3-Forma de organização do assentamento.....	34
1.3- A Luta pela terra e a Formação do Assentamento Recanto do Rio Miranda e a atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jardim-MS.....	36
1.3.1- Perfil dos assentados.....	37
CAPÍTULO II: ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ASSENTAMENTO RECANTO DO RIO MIRANDA.....	38
2.1 - Produção Agrícola e Pecuária.....	41
2.2 - Renda das famílias assentadas.....	45
CAPÍTULO III: A QUESTÃO DA COLETIVIDADE: ANTES E DEPOIS DA FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO.....	47
3.1- O sentido da Coletividade durante o processo de luta pela terra (acampamento).....	48
3.2 - O “espírito” de coletividade após a conquista da terra (Assentamento).....	48
3.2.1 - O conflito entre o individual e o coletivo no uso e produção da terra.....	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	53
ANEXOS.....	55

ANEXO 1 – Mapa do assentamento Recanto do Rio MIRANDA.....	56
ANEXO 2 – Portaria de Criação do Assentamento Recanto do Rio Miranda.....	57
ANEXO 3 – Decreto de Emissão de Posse.....	58
ANEXO 4 – Relação de Beneficiários do Assentamento Recanto do Rio Miranda.....	60
ANEXO 5 – Questionário aplicado a 30% das famílias assentadas.....	63

APRESENTAÇÃO

Partindo do pressuposto de que a questão da reforma agrária é latente no país, e que as disputas territoriais que envolvem a luta pela terra no Estado de Mato Grosso do Sul, tem fortes implicações de ordem política, econômica, sobretudo social, nos sentimos instigados a apreender e compreender essa realidade, todavia sob o viés do processo de organização e produção no Assentamento Recanto do Rio Miranda e, portanto numa perspectiva escalar micro, ou seja, de um estudo de caso.

Em outras palavras diríamos que procuramos compreender a realidade da estrutura agrária no Brasil e no estado de Mato Grosso do Sul, bem como os desdobramentos, sobretudo do ponto de vista social, que desembocam na questão da redistribuição de terras e da Reforma Agrária nas escalas nacional e estadual, porém atentando especificamente para a realidade do assentamento Recanto do Rio Miranda expressa localmente.

Mediante o exposto, cabe destacar que atentamos também para a reflexão acerca dos movimentos sociais de luta pela terra e as relações de forças que estes historicamente têm estabelecido com o Estado e com a sociedade em geral.

Desse modo, a pesquisa traz como tema a questão da reforma agrária, e tem como título “O Processo de Organização e Produção do Assentamento Recanto do Rio Miranda”. Para tanto nos pautamos em razões como a de buscar uma melhor compreensão de algo que vem sendo pouco debatido perante a sociedade, por razões desconhecidas pelos próprios cidadãos, que acabam por fazer com que tudo se transforme num “senso comum”, pois só sabem e vêem o que lhes são transmitidos na maior parte pela imprensa que por sua vez mostra apenas os conflitos, as tensões e invasões dos movimentos sociais e não apresenta as razões que geram esses conflitos que são a pobreza, a falta de moradia, a exploração de trabalhadores, enfim a desigualdade social que permeia na sociedade brasileira.

Após a escolha do tema fez-se necessário coletar o máximo de informações que pudessem ser agregadas a este trabalho, desse modo às obtivemos, junto ao INCRA¹. Tais informações se referem a um breve histórico do assentamento Recanto do Rio Miranda, como por exemplo, sobre o ano de criação do assentamento, a organização

¹ Informações cedidas pelo técnico do INCRA, responsável pelo assentamento Recanto do Rio Miranda.

interna dos assentados, o sistema de produção, que vem a ser o principal ponto discutido neste trabalho, já que o mesmo é dividido em individual e coletivo. Além de informações sobre os créditos já recebidos pelos assentados desde sua implantação.

O embasamento teórico deste trabalho foi pautado em levantamentos bibliográficos (livros, teses, dissertações e artigos), coleta de dados junto a órgãos públicos como o INCRA e entidades de representação dos trabalhadores rurais assentados, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jardim/MS, visando apreender a bandeira de luta e a forma de organização do assentamento.

Também se subsidiou na investigação empírica com realização de entrevistas e aplicação de questionários (ver anexo 5) junto aos assentados. Para tanto nos pautamos numa investigação amostral, ou seja, do total de 80 famílias entrevistamos 24 assentados, equivalendo assim a 30% do total. Durante as entrevistas os questionamos sobre diversos assuntos, tais como: habitação, educação, saúde, alimentação, produção e organização interna.

A pesquisa teórica e a investigação empírica subsidiaram a reflexão acerca do objeto de estudo e, portanto, os três capítulos apresentados a seguir.

O primeiro capítulo traz um breve histórico da questão agrária brasileira e tem como título “A Questão Agrária no Brasil e a Luta pela terra” e está subdividido em três subitens, a saber: “O processo de reforma agrária no Brasil a partir de 1980”, “A formação do assentamento Recanto do Rio Miranda no contexto da reforma agrária em Mato Grosso do Sul” e “A luta pela terra e a formação do assentamento Recanto do Rio Miranda e a atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jardim-MS”.

O segundo capítulo refere-se à produção dos assentados, fazendo uma abordagem quanto ao que produzem, expondo também os motivos que os levam a produzir basicamente para subsistência ou mesmo a não produzir. E traz como título a “Organização da produção e as atividades desenvolvidas no assentamento Recanto do Rio Miranda”, e respectivas subdivisões: “Produção agrícola e pecuária”, e “Renda das famílias assentadas”.

O terceiro e último capítulo é intitulado “A Questão da coletividade: antes e depois da formação do assentamento”, que apresenta as diferentes situações vividas diante do aspecto da coletividade antes do acesso a terra e depois da conquista. O mesmo possui três subdivisões, a saber: “O sentido da coletividade durante o processo de luta pela terra (acampamento)”; “O ‘espírito’ de coletividade após a conquista da

terra (assentamento)”; e “ O conflito entre o individual e o coletivo no uso e produção da terra”.

INTRODUÇÃO

É inegável a existência da má distribuição terras em nosso país, no entanto quando se fala em movimentos sociais e reforma agrária ainda nos deparamos com muitas polêmicas e opiniões divergentes.

O problema da distribuição de terras no Brasil é uma herança que advém do período colonial, durante o regime de sesmarias, que gerou a acumulação de terras nas mãos de grandes latifundiários. “O início da colonização do território brasileiro se fez com a doação de grandes extensões de terra a particulares, denominadas sesmarias” (GRAZIANO DA SILVA, 1990, p.22).

É justamente essa concentração de terras desde o período colonial que afeta a vida de milhares de famílias até os dias de hoje, que sofrem sem ter um pedaço de terra para trabalharem, formando assim um grande contingente de trabalhadores rurais sem terra.

Após o fim do regime de sesmarias, o Brasil passou por uma rápida expansão das pequenas propriedades. E a proibição do tráfico negreiro (1850) e a conseqüente abolição (1888) marcam o período de decadência do sistema escravocrata no país.

Todavia, com o fim desse sistema os grandes latifundiários ainda são os detentores do poder, pois com a Lei de Terras (1850) que previa que as terras devolutas apenas poderiam ser apropriadas através da compra, foram estes mesmos quem compraram e o recurso originado dessa compra serviu para financiar a vinda de imigrantes europeus para substituir o trabalho escravo.

Com isso o espaço agrário brasileiro sofreu novas transformações, com a constituição do campesinato caracterizando-se pelo sistema de produção latifúndio e minifúndio. Essa forma de produção perdurou até a década de 1960, segundo Graziano da Silva (1990).

Com a modernização da agricultura na primeira metade do século XX e sua conseqüente industrialização (1950-1960), o sistema capitalista levou para o campo máquinas, fertilizantes, insumos agrícolas e técnicas de manejo do solo resolvendo-se assim o problema da produção, ou seja, da questão agrícola. Porém gerou outro não menos grave com relação às transformações ocorridas nas relações de produção e de trabalho, que vem ser a questão agrária, tendo em vista que o avanço capitalista no

campo expropriou milhares de camponeses no Brasil, de seu principal meio de produção que é a terra.

Foi a partir dessa exclusão dos pequenos camponeses em benefício das grandes propriedades voltadas para a produção capitalista da agricultura, que se formou um grande número de trabalhadores rurais sem terra, os quais se vendo como excluídos perante a sociedade, sem emprego, sem teto e nem um tipo de amparo por parte do poder público começaram a se organizar, assim formando os movimentos sociais de luta pela reforma agrária.

Os movimentos de ordem social que lutam pela reforma agrária como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) são sempre marginalizados por grande parte da sociedade brasileira, especialmente pela mídia e pelos latifundiários e suas entidades de representação como a União Democrática Ruralista – UDR. Todavia o que os trabalhadores rurais integrantes desses movimentos reivindicam não é só terra, mas uma mudança na estrutura política e social no campo. (GRAZIANO DA SILVA, 1990).

Todavia cabe ressaltar que esses trabalhadores rurais não lutam somente pelo acesso a terra, mas também por cidadania, que perpassa por melhores condições de vida no meio rural, como escolas nos assentamentos para seus filhos, atendimento de saúde, incentivos financeiros voltados à produção, entre outros.

Uma das formas encontradas pelo MST, por exemplo, para manter as famílias contempladas pela reforma agrária no campo é a prática da produção coletiva, na qual os assentados trabalham e produzem juntos para vender o excedente e assim se firmarem no mercado competitivo e garantir a reprodução econômica e social do assentamento.

Porém, é comum a existência de outras atividades remunerativas em assentamentos rurais, como é o caso do assentamento pesquisado, denominada de pluriatividade. A pluriatividade se manifesta por meio de atividades agrícolas e/ou não-agrícolas desenvolvidas pelos assentados dentro ou fora dos assentamentos, visando a complementação da renda familiar.

Nesse sentido, cabe destacar que:

O resultado final é que a família rural típica já não se identifica apenas com atividades agrícolas, nem se reúne mais em torno da exploração agropecuária. [...] a família tem agora outros “negócios” -

em geral não-agrícolas – como parte de sua estratégia de sobrevivência [...] (GRAZIANO DA SILVA, 2002, p.38).

Para que haja uma reforma agrária eficiente e não apenas uma distribuição de terras, faz-se importante que se crie mecanismos de fixação das famílias assentadas no espaço rural, não por meio de políticas públicas compensatórias ou assistenciais, mas políticas e projetos que contemplem a todos, de modo a possibilitar a melhoria da produção e da reprodução da vida camponesa, para que enfim possam de fato usufruir do resultado de suas lutas.

CAPÍTULO I

A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL E A LUTA PELA TERRA

A distribuição de terras é um fator decisivo para se entender como se desenvolve a produção agrícola no país. Desde o início a colonização do território brasileiro se fez com a doação de grandes extensões de terras a particulares, denominadas sesmarias, surgindo assim os grandes latifundiários escravistas.

A produção do sistema do latifúndio escravista era basicamente voltada à exportação para a metrópole, produzindo produtos como o açúcar e o café. Os pequenos agricultores ou os próprios escravos produziam também produtos alimentícios, porém se o preço do produto principal estava em alta, toda terra e a mão-de-obra era usada no seu cultivo, diminuindo a produção de alimentos, o que fez com que a colônia muitas vezes enfrentasse o problema da fome.

Com o fim desse sistema de sesmaria no início do século XIX, o Brasil vivenciou um curto período de expansão das pequenas propriedades, gerado pela falta de uma legislação que regulamentasse a posse de terras. Já em 1850 entra em vigor a Lei de Terras, que consistia em que todas as terras devolutas só poderiam ser apropriadas através da compra e venda, e esse dinheiro seria usado para financiar a vinda de imigrantes europeus, solucionado assim também o problema da mão-de-obra que surgiu com o fim do regime escravista (1850-1888).

É a partir desta fase que iniciam as transformações nas relações agrárias brasileiras, como cita Moreira (1990):

[...] 1. o trabalho escravo se metamorfoseia numa diversidade horizontal de camponeses; 2. a divisão de trabalho interna surge na forma tripartite da monocultura, policultura e indústria; 3. a classe senhorial se moleculariza territorialmente para se transformar nas oligarquias rurais regionais; e 4. a relação cidade – campo radicaliza a reorientação que submete o campo à cidade. (MOREIRA, 1990, p.35).

E mesmo sob esse rearranjo do sistema agrário os grandes latifúndios são mantidos e favorecidos, com a Lei de Terras (1850), já que com a abolição da escravatura a terra se torna uma nova forma de poder “[...] com a crise escravocrata a

fonte do poder senhorial desloca-se do controle de escravos para o controle da terra. [...]” (MOREIRA, 1990, p.36). E a partir daí com a formação do campesinato e da regionalização do poder no espaço rural se instaura a acumulação primitiva do capital.

O processo de acumulação primitiva do capital, no contexto de criação do campesinato no Brasil, pode ser entendido passando por três fases: a primeira, datando-se de 1870-1880 a 1920-1930. Segundo Moreira (1990) esta fase seria a que se refere ao nascimento do campesinato típico, onde prevaleceu a relação latifúndio/minifúndio e, cuja produção estava voltada para a exportação. Ainda segundo o autor, nesta fase a forma de acumulação do capital dos grandes latifundiários se efetivou com base no sistema de mercado do “barracão”.

O sistema de “barracão” (mais presente em seringais, algodoais e canaviais) pautava-se no seguinte: era como se fosse uma moeda local que funcionava apenas no interior da fazenda, onde o proprietário comprava (à preço de mercado) produtos de necessidade do trabalhador e lhes repassava a preços super elevados, forçando assim o trabalhador a estar sempre em dívidas com seu patrão. Desta forma ele trabalhava e não recebia o salário justo que deveria receber, pois esse excedente nem saía das mãos do patrão.

A segunda fase data-se de 1930-1940 a 1950-1960. Segundo Moreira (1990), nesta fase a acumulação primitiva se encontrava num estágio mais avançado, e caracterizava-se pela mudança no sistema latifúndio/minifúndio, os quais foram divididos quanto à produção agrícola, na qual o latifúndio produzia produtos de maior lucratividade, restando ao minifúndio a produção de subsistência, ou seja, do campesinato de base familiar.

A terceira e mais recente, (iniciou-se nos anos 1960). Também segundo Moreira (1990), esta fase é caracterizada pela expropriação do campesinato nas áreas em que houve a modernização da agricultura, excluindo do sistema produtivo os pequenos camponeses.

O período de 1933 a 1955 marcou uma transição na economia brasileira, pois houve a concretização da modernização da agricultura, mesmo que de modo desigual, via implantação de indústrias de base e substituição das importações. Cabe destacar que a substituição das importações se deu com base na imposição de barreiras alfandegárias, que iam desde impostos elevados até mesmo a proibição da importação desses produtos, pelo governo. Além disso, o estímulo a produção interna se deu por meio da instalação de indústrias de base, tais como: siderurgia, petroquímica, material elétrico, entre outras.

Após esse processo de modernização se inicia a industrialização da agricultura.

No início dos anos sessenta, que corresponde ao final da fase de industrialização pesada no Brasil, instalam-se no país as fábricas de máquinas e insumos agrícolas. Assim, por exemplo, são implantadas indústrias de tratores e equipamentos agrícolas (arados, grades, etc.), fertilizantes químicos, rações e medicamentos veterinários, etc. (GRAZIANO DA SILVA, 1990, p.27).

Para garantir um mercado consumidor para esses novos meios de produção, o Estado cria um conjunto de políticas agrícolas para incentivar a aquisição desses produtos industriais.

Segundo dados do IBGE e INCRA², no período de 1961 a 1967 (crise econômica) houve um aumento nos tamanhos das pequenas propriedades, sendo que estas cresceram. De 1967 a 1972 (milagre brasileiro) apenas as grandes propriedades cresceram, engolindo as pequenas. Com a Amazônia Legal (1972 a 1976) houve novamente o aumento das pequenas propriedades, no entanto as grandes cresceram mais ainda, principalmente as ligadas às empresas multinacionais. Isso revela que no momento em que há prosperidade na agricultura o grande proprietário cresce e “engole” o pequeno, e num momento de crise ou catástrofe climática ele passa para arrendatários, ou parceiros a responsabilidade de explorar a terra.

A partir da expansão da fronteira agrícola para a região Amazônica, agravou-se o problema da concentração de terras nas mãos dos grandes proprietários, pois com a apropriação de terras por parte da ação coordenada entre grandes grupos privados nacionais e transnacionais e o Estado, essa região transforma-se no principal pólo de conflitos de terras do país, aumentando assim o poder de coerção desses grandes grupos sobre os pequenos produtores, posseiros, arrendatários e parceiros expulsando-os para as cidades.

Uma das conseqüências dessa expulsão de pequenos camponeses do campo é uma urbanização não planejada e exagerada na qual esses grupos ficam sujeitos a serem moradores de rua, ou formarem as favelas, aumentando também conseqüentemente os índices de violência nas cidades que não dispõem de condições de suportar essa demanda.

² Cf. GRAZIANO DA SILVA, 1990.

Eram milhares de pequenos camponeses que, expulsos do campo, não conseguiam encontrar trabalho produtivo nas cidades. Daí os crescentes índices de migrações, de subemprego, para não falar na mendicância, prostituição e criminalidade das metrópoles brasileiras. (GRAZIANO DA SILVA, 1990. p.12).

Por tudo que foi descrito anteriormente se tornou de extrema importância uma organização sindical nacional que representasse e lutasse pelos trabalhadores rurais, que se concretizou no final de 1963 com a fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

Com o golpe militar de 1964, a situação se agrava ainda mais, pela forte repressão do governo militar aos movimentos sociais que lutam pela reforma agrária.

A CONTAG de 1965 a 1967 adotou uma política de não enfrentamento direto ao Estado, para tentar diminuir a repressão sindical, onde o governo perseguia e prendia seus líderes mais expressivos. A partir de 1968 com a mudança em sua diretoria, essa entidade se mostra mais do lado dos trabalhadores, defendendo seus direitos e mantendo viva a luta por uma de suas principais bandeiras que é a Reforma Agrária.

Podemos afirmar que a questão agrícola e a questão agrária ambas estão interligadas, porém, apenas uma, a questão agrária não foi resolvida com o desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira. Um motivo que pode explicar esse não-desenvolvimento é o fato do capitalismo se pautar apenas nos lucros, não sendo diferente no campo, especialmente no contexto de modernização da agricultura.

Com o uso de tecnologias para aumentar a produtividade e, conseqüentemente diminuir os gastos com a produção como, por exemplo, a diminuição da contratação de mão-de-obra, tem-se repercussão nas relações de produção e de trabalho, que atinge o grande contingente de trabalhadores rurais e traz à tona as tensões sociais e os conflitos no campo.

Segundo Graziano da Silva (1990), o agravamento da questão agrária pode ser resultante da forma com que se resolve a questão agrícola.

Essa contradição inerente à lógica de desenvolvimento e acumulação de capital resulta no enriquecimento de poucos (do latifundiário, da indústria, e de bancos) e na pobreza, miséria e exploração de muitos (pequenos produtores, arrendatários, posseiros e trabalhadores rurais assalariados ou temporários).

O objetivo do capitalismo só foi possível ser alcançado com a industrialização da agricultura, com a “fabricação” de uma natureza favorável ao aumento da

produtividade, e a exploração da mais valia. Assim, para produzir mais e em menos tempo o modo de produção capitalista interferiu diretamente na natureza animal e vegetal, alterando biologicamente esses organismos, e com isso obtiveram a terra que melhor desempenhasse o papel de lucratividade, através da drenagem, do uso de máquinas, uso de fertilizantes, herbicidas e etc.

É como se o sistema capitalista passasse a “fabricar” uma natureza que fosse adequada à produção de maiores lucros. Assim, se uma determinada região é seca, tome lá uma irrigação para resolver o problema de falta de água; se é brejo, lá vai uma draga resolver o problema do excesso de água; se a terra não é fértil, aduba-se; e assim por diante. (GRAZIANO DA SILVA, 1990, p.14).

Foi a partir desse avanço da tecnologia trazida pelo desenvolvimento capitalista, que os modos primitivos de produção foram parcialmente extintos e a agricultura passou a ser uma ramificação da indústria.

Esse contexto fez emergir uma organização forte e a nível nacional dos trabalhadores rurais, que se concretizou no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, quando diversos movimentos sociais e sindicais começaram a ser organizados, recolocando assim a reforma agrária na pauta das reivindicações pró-democracia.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, (MST) é um movimento social brasileiro de inspiração marxista cujo principal objetivo é a implantação da reforma agrária no Brasil. Sua formação remonta a grupos de trabalhadores que faziam oposição ou estavam desgostosos com o modelo de reforma agrária imposto pelo regime militar, principalmente na década de 1970, o qual priorizava a colonização de terras devolutas em regiões remotas, com objetivo de exportação de excedentes populacionais e integração estratégica. Contrariamente a este modelo, o MST declara buscar a redistribuição das terras improdutivas.

De acordo com informações disponíveis no site³ oficial do movimento, uma das atividades do grupo consiste na ocupação de terras improdutivas como forma de pressão pela reforma agrária, mas também há reivindicações quanto à disponibilização de recursos (linhas de crédito e financiamentos) para que uma vez assentados realmente possam produzir na terra.

³ Disponível em: www.mst.org.com.br

Para o MST, é importante que as famílias possam ter escolas próximas ao assentamento, de maneira que as crianças não precisem ir à cidade e, desta forma, fixar as famílias no campo.

Cabe ressaltar que a luta pela terra no Brasil hoje vai além da luta pela conquista da terra para a formação de assentamentos de reforma agrária. Sempre a margem do processo de geração de renda no país, os camponeses sem terra e também aqueles que já estão assentados, lutam agora não só pela terra, mas pelo acesso “a todas as oportunidades que traduzem a plena cidadania, entre elas, o conhecimento, os programas de crédito, as técnicas.” (VEIGA e ASSUMPÇÃO, 2004, p. 23).

O Brasil é um dos maiores países do mundo em dimensão territorial, no entanto, possui milhares de pequenos agricultores sem terra e/ou com pouca terra. Essa contradição se explica pela extrema concentração fundiária existente no país desde o período colonial.

Uma das maneiras dos trabalhadores rurais conseguirem enfrentar o modelo capitalista vigente, é se organizando e fortalecendo os sindicatos da categoria, afinal são eles que sentem na pele todos os impactos relacionados à questão agrária, causados por este sistema que desenvolve uma política de opressão e exploração, que se manifesta também no campo, em detrimento da riqueza de poucos, aliás, da riqueza de ricos que se tornam cada vez mais ricos.

1.1 - O Processo de Reforma Agrária no Brasil a Partir de 1980

Os anos que sucederam o golpe militar de 1964 no Brasil foram marcados por uma série de conflitos e assassinatos de líderes de movimentos sociais e de sindicatos que lutavam pela reforma agrária. Nesse contexto de tensões sociais, mesmo se tratando de um governo militar e sob forte pressão o Marechal Castelo Branco assinou em 1964 o Estatuto da Terra (Lei nº. 4.504, de 30 /11/64)⁴.

Todavia, segundo Oliveira (2007) a lei do Estatuto da Terra foi aprovada, mas não colocada em prática. Somente a partir dos anos de 1985, passados vinte anos de

⁴ Cf. Oliveira, 2007.

governos militares, que a questão sobre a reforma agrária voltou a ser debatida com mais vigor no cenário nacional, com mais força em nível de movimentos sociais e sindicais.

Com a transição da ditadura militar para a Nova República o governo de José Sarney, assumiu como prioridade em seu governo a reforma agrária. Porém esse compromisso foi só na teoria, tendo em vista que se tornou cada vez mais evidente os assassinatos de líderes sindicais e de trabalhadores rurais, assombrando o meio rural, sobretudo na região norte do país e, mais especificamente o estado do Pará. Nesse contexto, como destaca Oliveira (2007, p.127) “[...] nada mais, nada menos, do que 211 trabalhadores foram assassinados no campo naquele estado (30 em 1983, 29 em 1984, 59 em 1985 e 93 em 1986)”. Além disso, as metas de reforma agrária propostas pelo governo, não foram cumpridas, deixando grande parte dos trabalhadores rurais na ilusão de que a reforma agrária um dia se realizaria.

Em agosto de 1985 foi fundada a UDR (União Democrática Ruralista), que lutava contra a reforma agrária, e avanço dos movimentos dos camponeses que lutavam pela terra. Oliveira (2007) também destaca que a UDR defendia os interesses dos grandes latifundiários, que eram orientados pela organização a ingressarem com ações na justiça na tentativa de embargar a reforma agrária.

Com a eleição de Fernando Collor de Melo para presidente da república, na década de 1990, a reforma agrária se tornou algo cada vez mais improvável de ser efetivado, tendo em vista que quem assumiu o comando do Ministério da Agricultura foi Antônio Cabrera, latifundiário e sabidamente ligado à UDR. Desse modo, as metas traçadas para a reforma agrária foram menores do que do governo anterior. Além disso, essas metas não foram cumpridas, o que fica evidente se considerarmos que se propusera a assentar 500 mil famílias entre 1990 e 1994, e passados dois anos menos de 30 mil famílias tinham sido assentadas. (OLIVEIRA, 2007, p.130).

Quando Fernando Henrique Cardoso assumiu a presidência da República em 1995, o projeto de reforma agrária sofreu mais retrocessos, tendo em vista que a proposta para os quatro primeiros anos de seu governo, 1995 a 1998, foi de assentar 280 mil famílias, portanto, menos do que o governo anterior.

Na década de 1990 as lutas dos trabalhadores rurais pela terra se evidenciaram com maior proporção, mas a situação do acesso a terra pouco evoluiu. A concentração de terras nas mãos de grandes latifundiários continuou a ser o grande mal, causador das

freqüentes migrações do meio rural para as áreas urbanas, provocando conseqüências já sabidas como as formações de favelas, o aumento dos níveis de violências entre outros.

Já em 2003, início do primeiro mandato de Luis Inácio Lula da Silva (PT), a grande massa de trabalhadores rurais criou a expectativa de que a tão sonhada reforma agrária se concretizaria. Todavia isso não ocorreu, pois,

[...] o governo Lula fechou o terceiro ano do mandato, acumulando uma diferença negativa na relação números alcançados e metas estipuladas de 180.702 famílias [...] assentou referente à meta 1 do II PNRA, apenas e tão somente 85.966 famílias, ou 33% das metas estabelecidas para os três primeiros anos do governo.(OLIVEIRA, 2007, p.171)

Estes elementos demonstram que no Brasil não se tem realizado uma reforma agrária e sim uma política de distribuição de terras com pouca preocupação com o futuro do assentamento, ou seja, sem dar ao assentado as mínimas condições necessárias para que estes possam produzir de forma viável, bem como se reproduzir socialmente, permanecendo no campo com qualidade de vida, já que este é um direito garantido pela Constituição Federal ao cidadão.

Os estudos efetuados têm mostrado que não basta somente distribuir terras, pois a realidade em muitos assentamentos é de abandono e falta de perspectivas (como é o caso do assentamento pesquisado). Assim, faz-se necessário investir em políticas públicas que sejam capazes de suprir as necessidades dos camponeses assentados. Como salienta Graziano da Silva (1990):

O fato de os assentados refletirem o mesmo quadro de miséria e abandono dos pequenos e médios produtores rurais decorre, de um lado, da inexistência de uma política de apoio à agricultura familiar no Brasil: os assentamentos não passam de intervenções pontuais, soluções tópicas de conflitos aqui e acolá. Constituem verdadeiras ilhas cercadas de problemas por todos os lados: falta infra-estrutura, crédito, assistência técnica; [...] (GRAZIANO DA SILVA, 2002, p.42).

Assim, a luta dos trabalhadores rurais sem terra continua até os dias atuais, pois o acesso a terra é um direito de todos. Contudo, a reforma agrária que os movimentos sociais reivindicam hoje, não se pauta somente na distribuição de terras, mas sim na

reestruturação fundiária e em políticas para a agricultura, que desde sempre beneficiou os grandes detentores de capital, em detrimento dos camponeses com produção de base familiar. Trata-se, portanto de uma luta por cidadania, que garanta não só a terra, mas também condições dignas de produzir e reproduzir a vida e a condição camponesa.

Nesse sentido Oliveira (2007), afirma que:

A reforma agrária constitui-se, portanto, em um conjunto de ações governamentais realizadas pelos países capitalistas visando modificar a estrutura fundiária de uma região ou de um país todo. Ela é feita através de mudanças na distribuição da propriedade ou posse da terra e da renda com vista a assegurar melhorias nos ganhos sociais, políticos, culturais, técnicos, econômicos (crescimento da população agrícola) e de reordenação do território. Este conjunto de atos do governo deriva de ações coordenadas, resultantes de um programa mais ou menos elaborado e que geralmente, exprime um conjunto de ações governamentais ou a doutrina de um texto legal. (OLIVEIRA, 2007, p.68).

A luta pela reforma agrária, a defesa dos direitos dos trabalhadores rurais, os quais buscam os movimentos como o MST, é na prática a luta de classes existentes no campo, além de ser uma resposta política à sociedade em geral e principalmente ao Estado e aos grandes latifundiários.

1.2 - A Formação do Assentamento Recanto do Rio Miranda no Contexto da Reforma Agrária em Mato Grosso do Sul

A questão agrária em Mato Grosso do Sul, tem fortes implicações na concentração de terras no Estado, já que este ocupa o primeiro lugar em concentração de terras do Brasil, com 75% das propriedades rurais acima do limite compreendido como justo⁵.

Para Terra (2003), essa concentração de terras tem sido reforçada

[...] pelo modelo “modernizador”, contribuiu para acentuar a miséria no campo e produzir tensões sociais, evidenciadas pela eclosão de conflitos e de movimentos que, embora decorram de diferentes formas de organizações e de formulações políticas e ideológicas, têm em comum a inquietude e a revolta da população rural brasileira em face de suas condições de vida e produção. (p.84)

Os conflitos no meio rural no estado estão principalmente ligados à disputa entre os grandes latifundiários e os indígenas, que lutam pela demarcação de suas terras expropriadas há várias décadas atrás.

As comunidades indígenas que têm suas terras cercadas pelas grandes propriedades rurais estão a todo o momento sujeito às ações violentas por parte dos grandes latifundiários, que buscam de todas as formas expropriar as terras dos indígenas, que são ameaçados e até assassinados.

Os quilombolas também sofrem com a ação dos grandes fazendeiros que se encontram em regiões próximas às suas terras de direito, pois é onde viveram seus antepassados, escravos que fugiam das fazendas.

A reforma agrária em Mato Grosso do Sul é um processo que sofre forte influência política, tendo em vista a expansão do agronegócio. Sendo este estado um dos maiores produtores de soja e carne do país, além do recente avanço da produção de cana-de-açúcar e eucalipto, a concentração fundiária se acentua, gerando riqueza nas

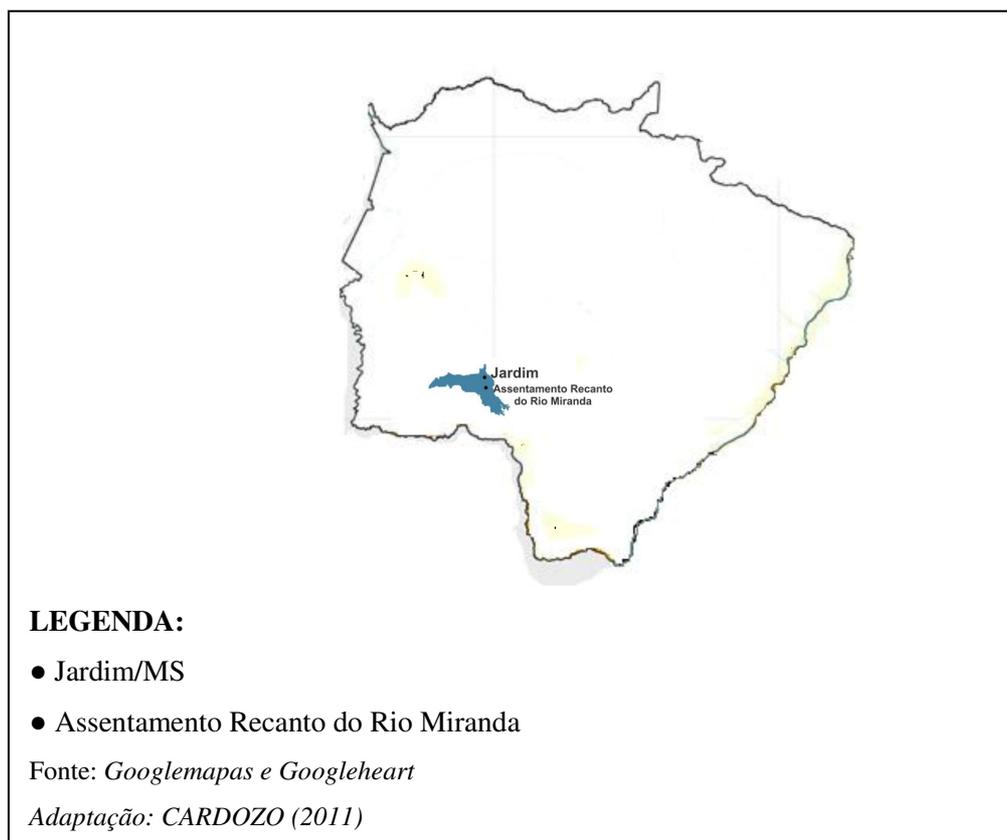
⁵ Cf. *site* do MST. Disponível em: www.mst.org.com.br

mãos de alguns, acirrando as disputas territoriais e a exploração da força de trabalho de muitos camponeses (OLIVEIRA, 2010) ⁶.

1.2.1 – Histórico de formação do assentamento Recanto do Rio Miranda

O Assentamento Recanto do Rio Miranda está situado a 30 km da área urbana da cidade de Jardim-MS, saída para Bela Vista-MS. O mesmo foi formado em 2004, após a desapropriação da Fazenda Santana. O grupo de assentados foi organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jardim/MS – STR e foram sete anos de luta até a conquista da terra.

Figura 1 - Localização Geográfica do Assentamento Recanto do Rio Miranda



⁶ Cf. OLIVEIRA, A.M.S. - Projeto de pesquisa institucional intitulado: “**O avanço do agronegócio e os territórios em disputa em Mato Grosso do Sul**”: uma ‘leitura’ geográfica do conflito capital-trabalho. UEMS: 2010-2013.

Durante o período de acampamento o grupo teve apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jardim, da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura - FETAGRI e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. O STR fez uma parceria com o INCRA, o qual informou ao sindicato a área que poderia ser desapropriada.

Então a diretoria do sindicato foi até a área informada coletar uma amostra da terra pra ir para análises. Essa análise é necessária para averiguar se a terra é propícia para agricultura ou pecuária. A terra foi aprovada tanto para agricultura como para pecuária.

Após a aprovação da terra, o INCRA encaminhou o pedido de vistoria da área, onde técnicos avaliaram se a mesma era produtiva ou improdutiva. Com o resultado de que a terra era produtiva o INCRA encaminhou o pedido de desapropriação da área para Brasília, pois é o Presidente da República quem assina a desapropriação.

Com a decisão de desapropriação da área, o INCRA informou ao sindicato que o grupo já poderia ser assentado naquele local, no entanto eles deveriam ficar acampados na parte externa da propriedade e só após a decisão de emissão de posse é que poderiam fazer os acampamentos provisórios⁷ dentro da propriedade.

Ao fim dessa parte mais burocrática o INCRA iniciou o processo de divisão da área em lotes e, na data marcada realizou o sorteio dos lotes entre os assentados.

As cercas que eram usadas internamente dividindo a propriedade foram usadas para fechar a reserva florestal (20% da área total). Nesse sentido, vale destacar que há uma preocupação dos assentados em não degradar a mata ciliar do Rio Miranda que margeia o assentamento, o qual possui sua margem coberta pela vegetação nativa, apresentando boas condições de preservação. (Foto 1).

⁷ Nessa fase inicial as moradias são improvisadas nos lotes até que seja liberado o recurso destinado à construção de casas e eles possam de fato construir.



Foto 1: Trecho do Rio Miranda com mata ciliar preservada

Fonte: Pesquisa de campo - 2011

1.2.2 – Forma de organização do assentamento

Do ponto de vista de organização, o assentamento possui um sistema misto, ou seja, a produção ocorre de forma coletiva e individual, sendo, portanto três hectares explorados individualmente e 800 hectares coletivamente.

No princípio era para assentar apenas 33 famílias, devendo cada assentado ter uma área maior do que a área atual. Porém se este procedimento fosse adotado a grande maioria dos que estavam acampados ficariam excluídos deste processo de acesso a terra. Por este motivo o INCRA resolveu adotar este sistema misto de produção, passando a assentar as 80 famílias e conseqüentemente diminuindo a área explorada individualmente.

Cabe destacar ainda que no período de criação do assentamento, os assentados receberam apoio financeiro sob diferentes modalidades, a saber:

Os assentados receberam R\$ 2.400,00 do INCRA, para as instalações de saneamento básico (perfurações de poços artesianos e a instalação da água.); O segundo crédito recebido pelos assentados foi de R\$ 2.400,00 destinados à compra de insumos

agrícolas e alimentação. Para a construção das casas receberam R\$ 5.000,00 da Caixa Econômica Federal. As mesmas são de alvenaria e, de um modo geral apresentam uma boa estrutura (Foto 2).



Foto 2 – Foto de uma das casas do assentamento
Fonte: Pesquisa de campo-2011

No início do ano de 2008, os assentados receberam R\$ 5.000,00 do INCRA e R\$ 3.500,00 da Caixa Econômica Federal, recurso destinado à ampliação das casas. Porém os assentados que se encontram em situação irregular no assentamento não receberam este recurso. Para acompanhar a regularidade da aplicação desses créditos o INCRA terceiriza um técnico para fazer a fiscalização.

O último recurso recebido pelos assentados foi o Pronaf “A” disponibilizado pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF⁸, cujo valor foi de R\$ 21.500,00, sendo no caso deste assentamento, destinado à compra de gado leiteiro.

⁸ O PRONAF é um programa do Governo Federal que visa fortalecer a agricultura de base familiar de um modo geral, na qual se inclui as produções nos assentamentos rurais. O mesmo foi instituído em 1995, pela Res. CMN/BACEN 2.191 de 24 de Agosto de 1995, como política pública, e criado como Programa de governo pelo Decreto nº1.946, de 28 de Junho de 1996, sob o discurso de estadia voltado para o desenvolvimento rural.

1.3 - A Luta Pela Terra e Formação do Assentamento Recanto do Rio Miranda e a Atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jardim/MS

O Sindicato dos trabalhadores Rurais (STR) de Jardim foi de grande importância na organização e formação do grupo enquanto lutavam pela terra para trabalhar e gerar o sustento de suas famílias.

O STR esteve à frente todo o tempo de luta dos trabalhadores rurais, tendo o presidente do sindicato como líder principal do grupo de acampados, como é o caso do assentado A.C.R. que se tornou líder do grupo após ser eleito presidente do Sindicato em 1998.

Concretizar o objetivo de conquista da terra só foi possível devido à união do grupo, que se manteve forte e focado em prol de um mesmo ideal. Nesse aspecto os acampados também contaram muito com a atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jardim-MS.

Cabe salientar, que a atuação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, juntamente com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura - FETAGRI e uma característica marcante no processo de luta pela terra e conseqüente formação de assentamentos rurais em Mato Grosso do Sul. Nesse sentido, como salienta Terra (2003, p. 90) “[...] não é o MST o responsável pela maioria das ocupações de terras em Mato Grosso do Sul, e sim a FETAGRI, através dos vários Sindicatos Rurais presentes nos municípios Sul-Mato-Grossenses”.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jardim, não deixava que os acampados desistissem de lutar, como lembra o assentado que chegou a ser presidente do sindicato e líder do grupo: *“éramos umas 90 famílias⁹, e todos queriam a sua terra e chegava uma hora que era difícil de acalmar todas aquelas pessoas, mas a gente se mantinha firme para ter forças de continuar”* (Informação Verbal)¹⁰.

⁹ Na fase em que estavam acampados havia 90 famílias no grupo, e no momento de criação do assentamento, restavam as 80 que foram assentadas.

¹⁰ Informação verbal (Assentado entrevistado no dia 14/07/2011).

Essa fala exprime o quanto foi difícil a vida enquanto estiveram acampados, passando por dificuldades, no entanto não desistiram e alcançaram o objetivo comum, que era a terra.

1.3.1 – Perfil dos assentados

Quando perguntados sobre o que os tinha levado a participar do grupo no momento de luta pela terra, apenas cinco dos assentados entrevistados responderam que buscavam uma terra para trabalhar. Isto reflete o fato de que estas são pessoas que sempre moraram e trabalharam na zona rural.

Do total de entrevistados (8 assentados) já possuíam casa própria na cidade, dos quais 04 (quatro) ainda as mantêm. Os mesmos estão alugando as casas ou tem algum parente morando nela.

Ainda dentro do universo entrevistado, 15 assentados estão no grupo desde o acampamento, 03 (três) faziam parte de outros acampamentos em municípios vizinhos como Antônio João e Itaquiraí, e vieram quando já estavam para sortear os lotes. E os seis restantes estão em situação irregular no assentamento, pois obtiveram a terra posteriormente daqueles que desistiram de permanecer nela, através da compra.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ASSENTAMENTO RECANTO DO RIO MIRANDA

Para realizar esse trabalho foram entrevistadas 24 assentados que moram no Assentamento Recanto do Rio Miranda, das pessoas entrevistadas 08 (oito) são solteiras, sendo 06 (seis) homens e 02 (duas) mulheres, além de 02 (dois) viúvos que moram sozinhos. Os demais são casados. A idade das mulheres varia de 23 a 65 e a dos homens de 27 a 74 anos de idade.

Do total de entrevistados 11(onze) disseram que buscaram o assentamento porque estavam desempregados e gostariam de ter uma casa própria. Esse grupo se enquadra na categoria definida por Graziano da Silva (2002) como “sem-sem”:

[...] e ainda os milhões de sem-sem, excluídos e desorganizados que além não de terem terra, também não tem emprego fixo, não tem casa decente pra morar, não tem saúde, não tem educação [...] (GRAZIANO DA SILVA, 2002, p.31-32).

Para esse grupo de pessoas o assentamento passa a ser uma espécie de “refúgio” um meio de fugir do desemprego urbano, uma moradia, já que não possuíam casa própria antes. Caracterizando o assentamento, neste caso, muito mais como um espaço de moradia do que de produção e reprodução da vida camponesa.

Logo, se tornam simples “moradores rurais”, que apenas moram no assentamento sem muitas vezes sequer produzir para a própria subsistência, como colocou um dos assentados entrevistados durante a pesquisa de campo. Os que compõem esse grupo de “moradores rurais”, nunca foram trabalhadores rurais e não sabem lidar com a terra, somando ainda a essas condições o fato de que os mesmos não buscaram o assentamento para trabalharem e progredirem socialmente e sim para obter a tão sonhada casa própria.

Do total de entrevistados 13 ou são aposentados, ou participam de programas de assistência social como o “Bolsa Família”, com valores que variam de R\$34,00 a \$130,

00, e ainda do vale renda com valor de R\$100,00. (ao todo são sete entrevistados aposentados e seis que participam dos programas sociais do Governo Federal).

Já 10 fazem diárias como pedreiros, ou nas fazendas, tendo uma renda mensal girando em torno de um salário mínimo, quando conseguem arrumar serviço para o mês inteiro. Neste caso são atividades assalariadas realizadas fora do assentamento ou nos centros urbanos mais próximos.

[...] Destacam-se aqui, aquelas atividades pouco diferenciadas como os empregados em serviços domésticos, ajudantes de pedreiro e prestadores de serviços diversos, que somados perfazem um terço dos empregos rurais não-agrícolas. [...] (GRAZIANO DA SILVA, 2002, p.39).

Há também 1 (um) dos entrevistados que tira sua renda mensal de um pequeno comércio que possui no assentamento, onde vende produtos alimentícios, gás de cozinha e bebidas em geral.

Estes assentados que buscam trabalho em atividades não-agrícolas fora do assentamento, geralmente trabalham em condições precárias e são sujeitos receber salários baixos, além de não possuírem seus direitos trabalhistas garantidos, já que não são ao menos registrados em carteira.

Nove dos assentados entrevistados produzem apenas para subsistência, produtos como: mandioca, feijão, banana, milho, cana-de-açúcar, hortaliças em geral, e ainda animais como porcos e galinhas.

Já os assentados que possuem gado leiteiro, totalizando um número de 17 assentados dos entrevistados, produzem queijo, além do leite para vender no assentamento e na cidade de Jardim, quando conseguem um meio de trazer para a cidade. A grande maioria dos entrevistados já recebeu o (PRONAF), no valor de R\$21, 500,00 e investiram na compra de gado leiteiro, sendo 6(seis) vacas leiteiras e 2(duas) de vacas brancas¹¹, além de postes para cercas.

Todavia alguns dos que já receberam se declaram insatisfeitos, já que a compra das vacas leiteiras foi imposta pelo INCRA, que indicava onde eles deveriam comprar as vacas e os postes. As vacas saíram no valor de R\$ 2.400,00 cada uma. E essa é uma das grandes reclamações destes assentados, pois quando precisam comercializar não conseguem vender por mais de R\$ 600, 00, além de que essas vacas não são leiteiras

¹¹ Gado destinado ao abate.

como a propaganda indicava no ato da compra e os postes que lhes deram garantia de 10 anos, já estão se danificando.

Segundo os próprios entrevistados o Banco (Banco do Brasil) não aprova quando o assentado tem o objetivo de utilizar o PRONAF, para investir em outra atividade produtiva que não a criação de gado. Assim os assentados se vêem praticamente forçados a investir no gado leiteiro para se manter no assentamento.

Outro aspecto a ser levado em consideração é que para começar a pagar o PRONAF, eles irão ter que vender parte do próprio gado que compraram com o recurso disponibilizado, ou seja, isso reflete um prejuízo para os assentados, já que compram o gado por um valor elevado e quando conseguem vender, vendem por valores que chegam a ser quatro vezes menor do que preço que compraram.

Faz-se importante dizer que apesar do PRONAF¹² se apresentar como uma política pública voltada para o financiamento da produção familiar, exclui grande contingente de camponeses, tendo em vista que para ter acesso ao mesmo são exigidas garantias, sendo a terra a principal delas.

Nesse sentido cabe salientar que

[...] a linha de crédito do PRONAF tem mantido os mais pobres, os desprovidos da terra, excluídos da possibilidade de permanência nela, já que as exigências bancárias só têm permitido acesso aos recursos do programa de crédito, para quem detém a propriedade ou que pode penhorar bens [...] (CONCEICAO, 2007, p. 93)

Por outro lado, os camponeses que atendem as exigências do PRONAF e do Banco e tem acesso ao financiamento, nem sempre conseguem efetuar o pagamento das parcelas em dia, caindo então no endividamento.

Como é o caso de um assentado que teve de recorrer a um empréstimo em outro Banco para poder pagar as parcelas do Pronaf, pois o gado leiteiro não deu o retorno esperado e suficiente para garantir o sustento de sua família e ainda pagar o financiamento.

¹² O mesmo foi instituído em 1995, pela Res. CMN/BACEN 2.191 de 24 de Agosto de 1995, como política pública, e criado como Programa de governo pelo Decreto nº1.946, de 28 de Junho de 1996, sob o discurso de estaria voltado para o desenvolvimento rural.

2.1 - Produção Agrícola e Pecuária

Os assentados que tem algum tipo de produção, produzem basicamente para subsistência, aliada a uma pequena parcela para comercializar quando encontram um meio de transportar os produtos para a cidade ou quando o comprador se desloca até ao assentamento para comprar.

Os assentados que receberam o recurso do PRONAF e compraram o gado leiteiro¹³ destinam seus derivados para o consumo próprio e outra parte para comercializar, às vezes apenas dentro do próprio assentamento, como é caso dos assentados n.º 01, 05, 18, 19, 20 e o n.º 21. A Tabela 01 a seguir ilustra essa e outras situações.

Tabela 1: Dados de Produção/Renda por Assentados Entrevistados

Assentados	Produção agrícola	Pecuária	Produção p/ subsistência	Produção p/ comércio	Renda
1	Mandioca, milho	16 cabeças	Milho, mandioca	Leite, queijo	R\$ 300,00 + R\$ 130,00(bolsa família)
2	-	18 cabeças	-	-	R\$300,00 (pequeno comércio)
3	Mandioca	16 cabeças	Mandioca, porco e galinha.	3 a 4 cabeças por ano	R\$1.200,00(aposentadoria) + R\$102,00(bolsa família)
4	Mandioca	-	Hortaliças e frutas	Não	R\$545,00(trabalho assalariado sem registro)
5	-	14 cabeças	-	Leite	R\$545,00 (aposentadoria)
6	-	20 cabeças	-	-	R\$545,00 (aposentadoria)
7	-	13 cabeças	-	-	R\$545,00 (aposentadoria)
8	Cana-de-açúcar, mandioca	-	Cana-de-açúcar, mandioca, banana.	Mandioca, cana-de-açúcar	R\$+_200,00+ R\$102,00(bolsa família)
9	-	8 cabeças	hortaliças	-	R\$545,00 (aposentadoria)
10	-	8 cabeças	Leite	-	R\$ 1090,00(casal de aposentados) + R\$64,00(bolsa

¹³ Faz-se importante esclarecer que o motivo de alguns dos assentados ainda não ter recebido o recurso do PRONAF, vem a ser por causa da situação irregular na qual se encontram no assentamento, pois obtiveram a terra por meio da compra (de outros assentados). É o caso de um dos lotes pelo qual já passaram quatro famílias, que foram comprando e repassando para terceiros (assentado n.º 3).

					família)
11	-	10 cabeças	Leite	-	R\$_500,00 + R\$102,00(bolsa família)
12	Mandioca	38 cabeças	Mandioca, queijo, leite.	Mandioca, queijo	R\$_800,00 (autônoma/vende roupas)
13	Mandioca, cana-de- açúcar	30 cabeças	Mandioca, cana- de-açúcar	-	R\$545,00 (aposentadoria)
14	mandioca	Não	Mandioca, melancia	Mandioca, melancia	R\$ 545,00(trabalho assalariado/sem registro) +R\$112,00(bolsa família)
15	Mandioca, milho	Não	Mandioca, milho e hortaliças.	-	R\$ 545,00(auxílio doença/filha especial)
16	-	9 cabeças	Leite	-	R\$400,00 (trabalho /sem registro) + R\$130,00(bolsa família)
17	Mandioca	9 cabeças	Leite	-	R\$545,00 (aposentadoria)
18	-	12 cabeças	Leite	Leite	R\$_350,0(quando comercializa o leite)
19	Cana-de- açúcar	16 cabeças	Leite, hortaliças, doces e cana-de- açúcar.	Leite, hortaliças, doces e cana- de-açúcar.	R\$_200,00(comércio de parte da produção) + R\$134,00(bolsa família)
20	-	12 cabeças	Leite	Leite	R\$_450,00(trabalho assalariado/sem registro + leite comercializado)
21	mandioca	10 cabeças	Leite	Leite	R\$_600,00 trabalho assalariado, sem registro + leite comercializado
22	Feijão, mandioca	-	Feijão, mandioca	Feijão, mandioca	R\$_300,00(trabalho sem registro em fazendas)
23	Cana-de- açúcar	-	Cana-de-açúcar e hortaliças	-	R\$_250,00 (quando comercializa a cana-de- açúcar) + R\$100,00(vale renda)
24	-	-	-	-	R\$_300,00(trabalho sem registro em fazendas)

Fonte: Pesquisa de Campo - 2011

Com base na Tabela 01, podemos destacar que do universo entrevistado 25% de assentados em que a única fonte de renda é a aposentadoria, tendo o assentamento apenas a casa “própria”. Além de que três desses assentados são pessoas acima de 50 anos e que moram sozinhos e sob essas condições a dificuldade em ter meios para produzir é ainda maior, levando em consideração que os mesmos já não dispõem de uma força física que os possibilite trabalharem a terra, plantar, colher e sucessivamente vender sua produção.

Há também no assentamento um número significativo de assentados que desenvolve a prática da pluriatividade como fonte de renda. Nessa situação se enquadram cinco dos entrevistados, que buscam trabalho em fazendas ou na cidade e na

maioria das vezes trabalham sem registro, sendo privados de seus direitos garantidos pelas leis trabalhistas.

Sabe-se que a pluriatividade é uma alternativa para ampliar as opções de renda e emprego nos assentamentos rurais. No entanto, no caso dos assentados entrevistados a maior parte dos que executam algum tipo de atividade remunerada fora do assentamento tem essa atividade como a única fonte de renda.

Do universo investigado apenas dois entrevistados têm como complementação dessa renda o auxílio do governo, bolsa família. É nesse ponto que está outra situação muito frequente no cotidiano dessas pessoas, a questão dos programas de assistência social do Governo Federal, já que nove dos entrevistados mesmo os que possuem outra renda mensal como a aposentadoria, são beneficiários desse programa assistencial.

Graziano da Silva (2002) destaca que a situação de pobreza das famílias rurais brasileiras se agravou a partir dos anos 1990, fazendo com que estas dependam cada vez mais de programas de transferência de renda ou de programas de assistência social.

[...] as famílias agrícolas e pluriativas ficaram mais pobres na segunda metade dos anos 90. É por essa razão que as famílias rurais estão se tornando crescentemente não-agrícolas. E a queda das suas rendas *per capita* só não foi maior pela “compensação” crescente das **transferências sociais das aposentadorias e pensões**. (Grifo nosso) (2002, p.37).

Nesse sentido faz-se importante dizer que muitas das famílias camponesas no Brasil, estão se tornando cada vez mais não-agrícolas, tendo em vista que a garantia da sua sobrevivência está se dando mediante transferências sociais (aposentadorias e/ou pensões, ou Bolsa Família). Outras, mesmo desenvolvendo atividades agrícolas para a subsistência são pluriativas, ou seja, executam outras atividades laborais remunerativas ou possuem ocupações não-agrícolas, visando complementar a renda familiar.

Ainda com relação aos que recebem o auxílio do governo (Bolsa Família), há casos de assentados que tem a aposentadoria como principal fonte de renda, e complementam com o benefício, dentre os entrevistados dois se inserem nessa situação, (assentado nº. 3 e nº. 10). Cabe ressaltar ainda a partir dos dados apresentados na Tabela 1, que os assentados que já receberam o recurso do PRONAF, compraram o gado leiteiro e estão produzindo para subsistência e parte para comercializar dentro do assentamento ou na cidade produtos como queijo, doce e leite, além dos que possuem

uma produção voltada para a agricultura, produzindo mandioca, milho, feijão, cana-de-açúcar e melancia, mas que, no entanto têm o programa bolsa família como uma complementação da renda.

Segundo alguns desses assentados a renda obtida com a venda de parte da produção às vezes é menor que a renda obtida pelo benefício, logo o Bolsa Família acaba se tornando a renda a principal família.

Podemos destacar ainda (Tabela1) o caso de um dos entrevistados que não produz para subsistência nem para comercializar, porém possui um pequeno comércio no qual são vendidos produtos alimentícios em geral e, através do qual obtém uma renda mensal de R\$ 300,00. O mesmo já recebeu o (PRONAF), comprou o gado, mas é um camponês que foge do perfil dos demais que lutam pela terra para trabalhar e dela tirar o sustento de suas famílias. Sem querer efetuar uma leitura determinista, até por se tratar apenas de um caso dentro do universo investigado, acreditamos que possivelmente isso se explique pelo fato dele ter aderido ao movimento de luta pela terra por não ter casa própria na cidade e por estar desempregado e não porque já tinha uma ligação anterior com a terra.

Este assentado não possui nenhum tipo de produção a não ser a criação do gado, no entanto desenvolve uma atividade não agrícola dentro do assentamento se enquadrando então na prática da pluriatividade. A esse respeito Souza e Del Grossi (2004), destacam que:

[...] as transformações atuais produzidas no espaço rural não permitem mais entendê-lo como um espaço exclusivo de atividades agrícolas, ou seja, ocorre uma crescente diversificação de atividades agrícolas e não-agrícolas, que são denominadas de *pluriatividade* das famílias rurais. (2004, p.95).

Dos entrevistados temos ainda uma família que produz apenas para subsistência e que tem como principal renda o auxílio doença que recebem, pois possuem uma filha com necessidades especiais.

Há também uma família que produz tanto para subsistência quanto para o pequeno comércio que realizam dentro do assentamento. Vendem produtos como mandioca, queijo e leite. Todavia a renda principal provém do comércio de roupas, que compram na Bolívia e revendem no assentamento ou na cidade. Compreendemos que

esta também seja uma prática de pluriativa, pois a família desempenha uma atividade não-agrícola e dela tira sua renda mensal para prover seu sustento.

Sobre esta questão Graziano da Silva (2002, p. 39) afirma: [...] “o centro das atividades da família deixou de ser a agricultura porque a família deixou de ser exclusivamente agrícola e se tornou pluriativa ou não agrícola embora permaneça residindo no campo”.

Assim, a prática pluriativa foi uma forma que a família encontrou de obter uma renda que seja suficiente para manter-lhes no assentamento, já que a renda que obtêm da produção agrícola é inferior a não-agrícola e, portanto insuficiente.

Todavia, segundo Souza e Del Grossi (2004), reservam-se um papel ainda muito fundamental à agricultura no desenvolvimento rural, principalmente nas regiões mais pobres e pouco modernizadas e ainda com mercados com abastecimento interno insuficiente a essa população.

O único dentre os entrevistados que obtém sua renda apenas do produto que vende que no caso é o leite, é um assentado que não produz nada em sua parcela em termos de agricultura nem para o consumo próprio, a não ser a criação de gado.

Diante do que foi apresentado, podemos destacar a necessidade de uma nova estratégia para o desenvolvimento das atividades produtivas no espaço rural, devendo a mesma, no entanto, considerar os aspectos da diversificação das atividades (agrícolas e não-agrícolas) dos assentados.

2.2 - Renda das Famílias Assentadas

Como já destacamos anteriormente a renda de grande parte das famílias do Assentamento Recanto do Rio Miranda é basicamente oriunda de aposentadoria, ou de programas de assistência social do Governo Federal como o Bolsa Família e Vale Renda, variando entre R\$64,00 à R\$130,00.

Os assentados que compraram o gado leiteiro, conseguem obter ao menos o leite para subsistência e alguns vendem dentro do próprio assentamento, já que eles não possuem um meio de transportá-lo para a cidade.

Faz-se importante esclarecer que o motivo de alguns dos assentados ainda não ter recebido o recurso do PRONAF, vem a ser por causa da situação irregular na qual se

encontram no assentamento, pois obtiveram a terra por meio da compra (de outros assentados). É o caso de um dos lotes pelo qual já passaram quatro famílias, que foram comprando e repassando para terceiros (assentado nº 3).

Os assentados que não são aposentados, nem beneficiários de programas assistenciais e ainda não receberam o recurso do (PRONAF) buscam trabalho em fazendas vizinhas ao assentamento como um meio de adquirir uma renda. Esses assentados trabalham sem registro em carteira, e às vezes o salário que recebem não chega nem ao valor de salário mínimo. Mas essa é uma alternativa encontrada para se manterem mesmo que com algumas dificuldades. A fala de um desses assentados resume a situação vivida por muitos deles: “*se a gente não saí pra trabalha pra fora, a gente não tem dinheiro para pagar a conta de luz no final do mês, que é seis reais, que dirá compra o que comê*” (Informação Verbal)¹⁴.

Essa é a realidade vivida por muitos desses assentados que se vêm largados no assentamento, vivendo em condições contrárias ao sentido da reforma agrária, que vem a ser assentar as famílias dando-lhe condições de se ter seu pedaço de terra para trabalhar, produzindo para se manterem e para comercializar, enfim que essas famílias tirem sua fonte de renda da terra que lutaram para conseguir, garantindo assim a reprodução da vida e da condição camponesa.

¹⁴ Informação verbal (Assentado entrevistado no dia 22/07/2011).

CAPÍTULO III

A QUESTÃO DA COLETIVIDADE: ANTES E DEPOIS DA FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO (Uma breve reflexão)

O Assentamento Recanto do Rio Miranda está organizado sob um sistema misto de produção, assim o assentado possui três hectares dentro do assentamento (onde fica sua casa e o entorno) para seu uso individual e oitocentos (800) hectares para produzir coletivamente.

Na tentativa de viabilizar a produção coletiva foram formados inicialmente quatro grupos de vinte assentados. Todavia, em função de divergências entre eles este número se encontra reduzido atualmente. Há um grupo, por exemplo, em que dos vinte assentados restam apenas treze trabalhando coletivamente, e outro em que restam apenas oito e, mesmo entre estes ainda está havendo conflitos.

Essa forma de produção coletiva foi adotada pelo INCRA para assentar o máximo possível de famílias nessa área, tendo em vista que havia demanda para assentar oitenta (80) famílias, em vez das trinta e três (33) que estava previsto (como já destacamos no capítulo I).

Sobre a perspectiva de convivência e produção coletiva no âmbito dos assentamentos Barcellos (2009) salienta que:

[...] A produção e organização social e coletiva foi proposta como ideal pelo MST no final dos anos de 1980, a partir da crença da possível construção de um gérmen “socialista” no campo e uma outra forma de organizar a produção primária, utilizando para isso atividades e rituais (místicas, debates políticos) com o objetivo de mudar o comportamento do tipo “individualista” para uma consciência organizativa coletiva. (p.79)

Assim, a prática da coletividade é estimulada no sentido de favorecer a união do grupo nas relações cotidianas, mas também de promover a permanência do mesmo no assentamento, bem como possibilitar a melhoria das condições de produção e a inserção dos produtos no mercado de competitividade.

3.1 – Qual o Sentido da Coletividade Durante o Processo de Luta Pela Terra (acampamento)

Acredita-se que desde a formação do grupo de acampados a prática da coletividade está presente, pois no momento em que se juntam para formar o grupo, eles se mantêm unidos na busca de um objetivo comum, que é a tão sonhada terra.

A partir daí eles se vêem como um grupo lutando em prol de um ideal em comum. Estes acampados se sentem mais fortes com a presença dos “companheiros” de luta e assim se tornam cada vez mais motivados e unidos para persistirem diante das dificuldades e obstáculos que surgem no caminho.

Dificuldades estas que se expressam no fato de ficarem alojados em barracos de lona em situações precárias, passando necessidades como a falta de alimentos, ou em noites de temporais ou no inverno. No caso dos acampados que hoje se encontram no assentamento Recanto do Rio Miranda essa realidade não foi diferente, os mesmos se tornaram mais solidários uns com os outros diante das dificuldades que eram comuns a todos, como podemos perceber no relato de uma das assentadas entrevistadas durante a pesquisa: *“teve um dia que deu um temporal tão forte que quase levou tudo o nosso barraco, a cozinha ficou tudo descoberta e a gente correu pro barraco do vizinho e ele nos ajudou e ajudou ainda a arrumar o barraco no outro dia* (Informação verbal)¹⁵”.

Durante esse processo de luta pela terra o grupo entende o quanto é importante essa ação de coletividade como forma de fortalecer e de se manter firme no propósito de conquistar a terra.

3.2 – O “Espírito” de Coletividade Após a Conquista da Terra (assentamento)

Como já havíamos afirmado anteriormente, entendemos que a ação coletiva nos assentamentos rurais tem sido uma prática incentivada pelo MST, objetivando manter a

¹⁵ Informação verbal (Assentada entrevistada no dia 22/07/2011).

reprodução dos assentados tanto na esfera política, social quanto economicamente. No caso dos assentamentos formados via cadastro dos STR e FETAGRI e organizados pelo INCRA, acreditamos que essa prática seja estimulada muito mais para otimizar espaço e organizar a produção do que para fortalecer uma consciência política em torno da ação coletiva. Assim, no caso do assentamento pesquisado a exploração coletiva foi uma forma que o INCRA encontrou para assentar mais famílias na mesma área.

Acreditamos que se a prática coletiva funcionasse de fato, favoreceria o desenvolvimento do trabalho coletivo e, conseqüentemente traria resultados mais benéficos do ponto de vista da produção e da inserção dos produtos no mercado, especialmente quando estes são direcionados para uma cooperativa. Todavia verificamos que na prática não funciona assim, pelo menos não no assentamento que estudamos. No Recanto do Rio Miranda essa questão da coletividade se tornou algo que vem causando atritos entre os assentados após a conquista da terra.

3.2.1 – O conflito entre o individual e o coletivo no uso e produção da terra

Para explorar a área coletiva sem que nenhum assentado se sentisse prejudicado, foi decidido que o grupo se subdividiria em quatro (04) grupos de vinte (20) pessoas, com já foi dito anteriormente. A idéia era de que organizados em grupos poderiam trabalhar em conjunto, visando o melhor para todos.

Porém nem todas as famílias utilizam a área coletiva, uns por discordarem da proposta, outros por não terem recebido o recurso do PRONAF e, portanto por não possuírem gado leiteiro. Assim, os que se enquadram nesta condição na maior parte das vezes utilizam apenas a área da propriedade individual para produzir para subsistência, muito embora haja também aqueles que não produzem nem para subsistência, conforme exposto na Tabela1, anteriormente.

Mas na prática não é isso que ocorre, pois vários dos entrevistados reclamaram da falta de união do grupo, ou seja, que não há um senso de coletividade entre os mesmos. Há assentados com características individualistas que preferem trabalhar apenas nos três hectares individuais do lote em que reside (produzindo somente para subsistência), do que trabalhar na área coletiva. E por essa razão os próprios assentados

dizem que seria muito melhor se fosse cada um trabalhando em sua área individualmente.

Percebe-se nitidamente que aquele “espírito” de coletivo que existia enquanto acampados não existe mais e no lugar dessa coletividade encontra-se muitas desavenças e falta de companheirismo, já que todos os entrevistados reclamam uns dos outros. É um alegando que o outro não trabalha no grupo e na hora de dividir a produção e vender o excedente quer ter direito igual de quem trabalhou.

Nesse sentido, como destaca Silva

[...] os assentados vivenciam um conflito entre as formas de vida do ser camponês (o trabalho individual familiar) e o diferente (o trabalho coletivo) que se apreendeu coletivamente, manifestado num momento em que se tornava necessário construir um novo estilo de vida, no espaço social e coletivo dos acampamentos. (2004, p.99-100)

Esse conflito vivenciado pelos assentados entre o individual e o coletivo decorre do fato de que no acampamento as ações coletivas motivavam o processo de luta pela terra, porém ao se depararem com a terra conquistada, mesmo que sejam impulsionados a dar continuidade a esta forma de viver e produzir coletivamente, se remetem a trajetória de vida camponesa, cuja experiência de trabalho esta ligada a organização familiar, com tradições e valores individuais ainda fortemente arraigados (SILVA, 2004).

Para fazer funcionar esse sistema adotado pelos assentados foi criada a associação, da qual alguns se tornaram sócios. As tarefas são divididas entre os integrantes do grupo, tanto em termos de produção como de manejo do gado que fica em uma área fechada para a pastagem. Todavia é aí que entra um ponto discutido e que causa divergências entre os assentados, pois há a alegação de que uns não tratam o gado dos outros igualmente, por exemplo: alimentam com mais sal uns do que os outros.

Não temos a pretensão de afirmar se a forma de organização coletiva é a mais adequada, ou que favoreceria mais no processo de trabalho e produção desses assentados do que se estes se mantivessem organizados individualmente.

O fato é que diante dessa resistência não podemos negar a herança cultural e o projeto familiar de vida e produção dos mesmos, que se constitui a base da identidade camponesa individual.

Considerações Finais

A concentração de terras no Brasil se tornou um dos grandes impesílios para o desenvolvimento social, econômico e político do país. É uma das questões sociais que mais afeta e causa desigualdades na sociedade brasileira.

Desde a colonização do território nacional foi assim, muita terra nas mãos de poucos, os grandes latifundiários e exploradores do trabalho escravo.

Em consequência dessa concentração de terras, atualmente milhares de trabalhadores rurais sofrem por não terem um lugar para morar, um lugar para trabalhar e gerar o sustento de suas famílias e assim viver dignamente. Parece ser uma história que se repete sempre, enquanto uns poucos têm muitos, outros muitos não têm nada.

Essa é a realidade dos camponeses expulsos do campo em decorrência do avanço capitalista na agricultura. Destes expulsos para as cidades, os que não passam a fazer parte de movimentos com o MST ou de outras organizações que lutam pela terra como a FETAGRI e Sindicatos dos Trabalhadores Rurais __, como foi o caso dos assentados em destaque neste trabalho __, se fixam nas cidades em áreas periféricas, vivenciando uma serie de problemas de ordem social, como a violência, a miséria, o desemprego, ou a falta de moradia que conduz ao aumento de moradias irregulares, a exemplo das favelas, etc.

Desse modo, a luta por uma reforma agrária justa e eficiente é fundamental, já que a expansão da agricultura capitalista está invadindo cada vez mais o espaço da pequena produção camponesa de base familiar. Esse modelo de produção capitalista no campo, que visa cada vez acumular capital, não se importa que para isso tenha que “engolir” as pequenas propriedades.

A reforma agrária passa a ser hoje uma questão de toda a sociedade brasileira, pois os conflitos referentes a ela, não são conflitos apenas do meio rural e sim da classe trabalhadora, seja no campo ou na cidade que são explorados cotidianamente e lutam para vencer as dificuldades impostas pela classe dominante. Na realidade o que os trabalhadores rurais reivindicam é o direito ao acesso a terra, para terem melhores condições de vida e de trabalho e, portanto cidadania, que é um direito de todos previsto na Constituição Federal.

Nesse sentido, podemos destacar que a reforma agrária não deve se tratar apenas de uma distribuição de terras, sendo uma medida paliativa visando amenizar os conflitos

e tensões existentes no meio rural, mas sim de uma política de redistribuição de terras e de renda, com medidas e políticas públicas voltadas a melhoria da produção e subsídios que garantam aos assentados o direito a uma vida digna, e de se reproduzir econômica e socialmente.

Diante de tudo que tivemos a oportunidade de apreender através deste trabalho, consideramos que há a necessidade de se realizar uma reforma agrária de fato em nosso país, mas não essa reforma agrária que está sendo posta atualmente, onde apenas se tenta resolver as tensões e conflitos numa perspectiva conjuntural, sendo que o problema é estrutural, logo, deve-se implantar uma reforma que transforme a base da estrutura fundiária do país.

Faz-se necessário um olhar mais empenhado dos governos, tanto estadual como federal para sanar esse problema da concentração de terras, que causa tanta desigualdade social e que tira de muitos dos brasileiros o direito a uma vida dita mais justa e igualitária, com uma casa descente para morar, e um trabalho que lhe garanta o sustento de sua família. Porém essa mudança não deve partir somente do Estado, é papel dos movimentos sociais, sindicais e dos próprios camponeses trabalhadores buscarem essa mudança.

A luta por uma reforma agrária que transforme a realidade do meio rural brasileiro, uma realidade de conflitos, violências, de exclusão e disparidades, é uma bandeira que visa a justiça social, a igualdade de direitos, enfim uma democracia de fato.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARCELLOS, S. B. **Desagregação social e produtiva do assentamento Carlos Marighela-RS: um estudo de caso.** REVISTA IdeAS: INTERFACES EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE, v.3, n.1 [S.l.], jan/jun.2009, 74-93p.

BORGES, J. L. **A crise do produtivismo e a transição Agroecológica no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST.** PONTIFÍCIA UNNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO - PUC/SP.

CONCEIÇÃO, A. L. **Ações e intervenções das políticas públicas Inscritas no espaço agrário: condição de inclusão ou exclusão?** In: Anais do X Encontro de Geógrafo da América Latina. São Paulo: USP/FFLCH, 2005. 3548-3558p.

FABRINI, J. E. **Os camponeses e suas diferentes práticas coletivas.** REVISTA ELETRÔNICA da ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS – SEÇÃO TRÊS LAGOAS – MS, v.1-n. 04 ano3, novembro de 2006.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O Que é Questão Agrária.** 16ª Ed. Editora Brasiliense, 1990. 115 p.

_____. **Velhos e Novos Mitos do Rural Brasileiro: implicações para as políticas públicas.** Vol.31. Nº. 1. Campinas/SP, 2002, p.31-45.

MOREIRA, R. **Formação do Espaço Agrário Brasileiro,** Editora Brasiliense, Paginação Irregular.

OLIVEIRA, A.M.S. - Projeto de pesquisa institucional intitulado: **“O avanço do agronegócio e os territórios em disputa em Mato Grosso do Sul: uma ‘leitura’ geográfica do conflito capital-trabalho”.** UEMS: 2010-2013.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**, 1ª Edição. São Paulo: FFLCH, 2007, p. 184.

SOUZA, M; DEL GROSSI, M.E. **Estratégia para um desenvolvimento rural de inclusão: Pluriatividade e desenvolvimento Rural**. Londrina: Eduel, 2004,308 p.

VEIGA, J. E. **O Que é Reforma Agrária**. 10ª Ed. Editora Brasiliense, 1986. 93 p.

Consultas *on-line*:

www.mst.org.com.br- Acessado em 20/10/2011 às 15h40min.

www.mda.com.br- Acessado em 16/06/2011

ANEXOS

Anexo 2

PORTARIA/INCRA/SR-16/Nº 22 /2002, 09 DE Julho DE 2002

PUBLICAÇÕES	
D.O.	135 de 15/07/02
Seção	1 Pág. 141
B.S. N.º	29 de 22/07/02

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA NO ESTADO do Mato Grosso do Sul , no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 29 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria INCRA/MDA/nº 164, de 14 de julho de 2.000, publicada no D.O.U do dia 17 do mesmo mês e ano;

CONSIDERANDO a necessidade de encaminhamento visando dar destinação ao imóvel rural denominado FAZENDA SANTANA , com área de 1071,3041 ha, localizado no(s) Município(s) Jardim no Estado do Mato Grosso do Sul , desapropriado para fins de Reforma Agrária, através do Decreto de 10/10/2001 , cuja imissão de posse se deu 04/06/2002 e;

CONSIDERANDO que os órgãos técnicos específicos desta Superintendência Regional procederam a análise no Processo INCRA/ SR-16/Nº 542900007330225 e decidiram pela regularidade da proposta, de acordo com os atos normativos que regulamentam a matéria. R E S O L V E:

I - Aprovar a proposta de destinação, para assentamento de agricultores, do imóvel rural denominado FAZENDA SANTANA , com área de 1071,3041 ha, (um mil setenta e um hectares , trinta ares, quarenta e um centiares), localizado no Município de Jardim , no Estado do Mato Grosso do Sul , que prevê a criação de 45 (quarenta e cinco) unidades agrícolas familiares;

II - Criar o Projeto de Assentamento P.A. SANTANA , Código SIPRA MS0121000 a ser implantado e desenvolvido por esta Superintendência Regional, em articulação com a Superintendência Nacional do Desenvolvimento Agrário;

III - Autorizar à Divisão Técnica a promover as modificações e adaptações que, no curso da execução, se fizerem necessárias para a consecução dos objetivos do Projeto;

IV - Determinar à Divisão de Suporte Operacional que encaminhe cópia deste ato, para a Superintendência Nacional do Desenvolvimento Agrário, para fins de registro, controle, distribuição e publicação do mesmo no Diário Oficial;

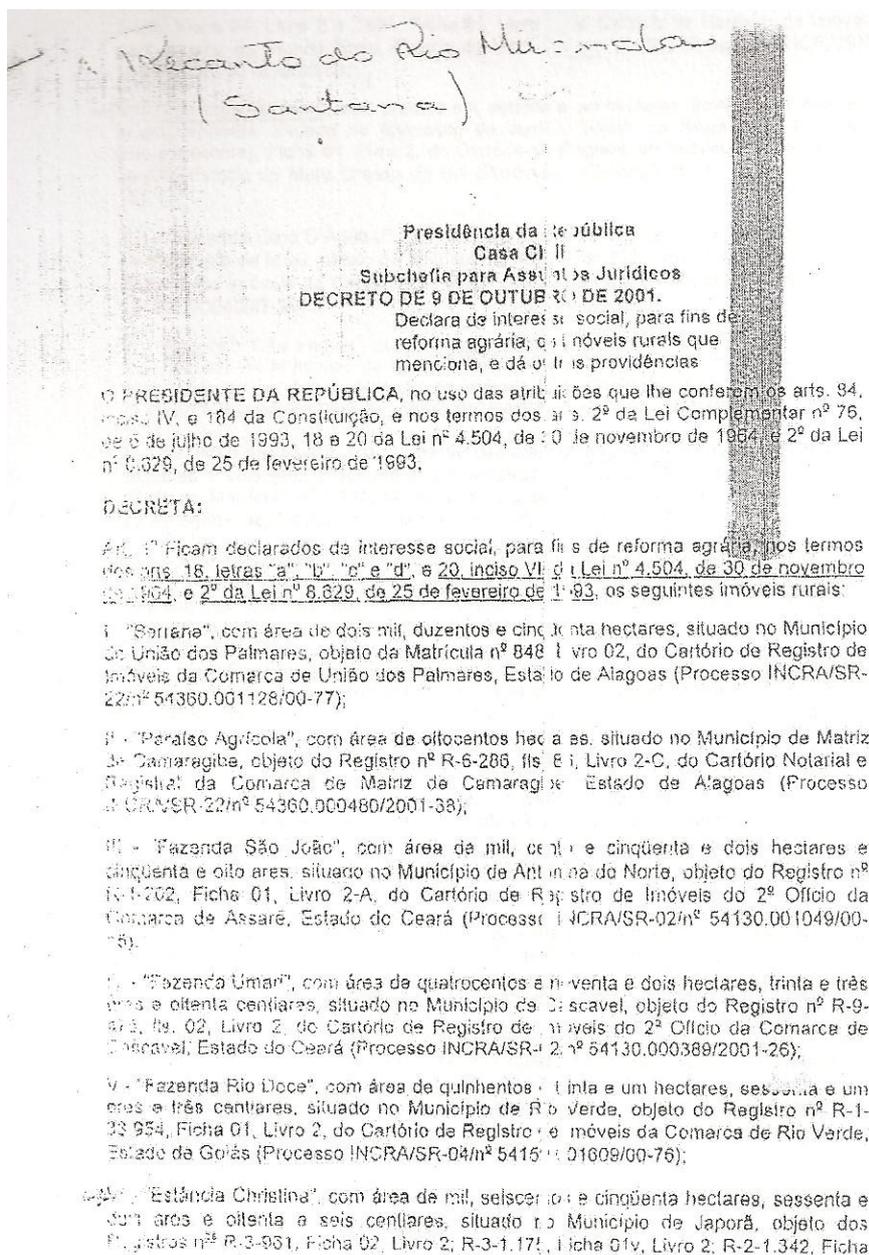
V - Determinar à Divisão Técnica que comunique aos órgãos de Meio Ambiente, Federal e Estadual, bem como à FUNAI, a criação do presente Projeto;

VI - Determinar à Divisão de Suporte Operacional que registre todas as informações de criação, desenvolvimento e das famílias referentes ao Projeto de Assentamento ora criado, no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária - SIPRA.


Celso Cestari Pinheiro
Superintendente Regional
INCRA/MS

Fonte ; INCRA/ Jardim-MS

Anexo 3



Fonte: INCRA / Jardim-MS

VII - "Fazenda Santana", com área de mil, setenta e um hectares, trinta ares e quarenta e um centiares, situado no Município de Jardim, objeto do Registro nº R-1-7.942 (remanescente), Ficha 01, Livro 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Jardim, Estado de Mato Grosso do Sul (Processo INCRA/SR-16/nº 54290.001039/00-53);

VIII - "Fazenda Olho D'Água II", com área de oito mil e oitenta e dois hectares, situado no Município de Moju, objeto da Matrícula nº 4.802, fls. 202, Livro 2-AX, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Moju, Estado do Pará (Processo INCRA/SR-01/nº 54135.000040/97-90);

IX - "Fazenda Três Irmãos", com área de mil, trezentos e vinte e dois hectares e vinte ares, situado no Município de Capitão Poço, objeto do Registro nº R-1-8.994, fls. 134, Livro 2-AF, do Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de São Miguel do Guamá, Estado do Pará (Processo INCRA/SR-01 nº 54104.000548/97-82);

X - "Fazenda Marajoara", com área de dez mil, trezentos e oitenta e dois hectares, sessenta e seis ares e setenta e um centiares, situado no Município de Dom Elizeu, objeto da Matrícula nº 2.745, fls. 15, Livro 2-J, do Cartório do Único Ofício da Comarca de Paragominas, Estado do Pará (Processo INCRA/SR-01/nº 54104.000066/97-67);

XI - "Fazenda Tanque Novo", com área de seis mil hectares, situado nos Municípios de Fontinhas e Petrolina, objeto do Registro nº R-1-4.171, fls. 5v, Livro 2, do Cartório de Registro de Imóveis do Primeiro Ofício da Comarca de Petrolina, Estado de Pernambuco (Processo INCRA/SR-29/nº 54140.001128/2000);

XII - "Engenho São Bernardo e São Bernardo II" (com área de oitocentos e oitenta e quatro hectares, vinte e nove ares e cinquenta e dois centiares, situado no Município de Paudalho, objeto da Matrícula nº 53 (remanescente), fls. 80, Livro 02 e Registro nº R-1-4.198, fls. 43, Livro 2-AA, do Cartório do 1º Ofício da Comarca de Paudalho, Estado de Pernambuco (Processo INCRA/SR-03/nº 54140.00145/2001-24);

XIII - "Lotes 34 e 35 (parte) - Gleba 03 - 2ª parte - Colônia Rio Quarto", com área de trezentos e quinze hectares e dez ares, situado no Município de Ramilândia, objeto das Matrículas nºs 517, fls. 215, Livro 03 e 520, fls. 111, Livro 03, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Matelândia, Estado do Paraná (Processo INCRA/SR-09/nº 54200.000543/98-31);

XIV - "Fazenda Banhadão - Parte 1", com área de setecentos e sessenta e dois hectares e trinta ares, situado no Município de Ramilândia, objeto do Registro nº R-3-11.165, Livro 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Matelândia, Estado do Paraná (Processo INCRA/SR-09/nº 54200.0021298-41);

XV - "Fazenda Banhadão - Parte 2", com área de dois mil, cento e sessenta e cinco hectares, sessenta e três ares e trinta e quatro centiares, situado no Município de Ramilândia, objeto da Matrícula nº 8.139, Livro 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Matelândia, Estado do Paraná (Processo INCRA/SR-09/nº 54200.000544/98-01);

Anexo 4

RELAÇÃO DE BENEFICIARIOS - PA RECANTO DO RIO MIRANDA

	Nome do Beneficiário	LOTE N°	N° do Processo
1.	Abel Morgiroth	38	212/04
2.	Acir Flores Pereira	29	151/04
3.	Adailton Rodrigues Ramos	01	221/04
4.	Adão Cardoso Ramos	08	215/04
5.	Agenor Ribeiro Moreira	76	210/04
6.	Alexandre Roberto do Amaral	52	067/05
7.	Alfredo Freitas	15	142/04
8.	Alfredo Pereira Nantes	74	143/04
9.	Anastácio Gonzáles	16	053/05
10.	Anastácio Rodrigues	12	144/04
11.	André Luiz Ziolkowski	67	145/04
12.	Antonio Gonçalves	43	147/04
13.	Antonio Martin	18	054/05
14.	Antonio Profeta	22	219/04
15.	Aparecido Pereira Costa	64	055/05
16.	Argemiro Santana	47	148/04
17.	Arnaldiney Gonçalves Acosta	56	056/05
18.	Bento Dias	07	152/04
19.	Carlos Machado da Silva	17	154/04
20.	Celso Inácio Policiano	23	155/04
21.	Clemente Padilha	02	057/05
22.	Crispim Monteiro Saracho	40	156/04
23.	Daniel Ferreira	68	218/04
24.	Dionísio Roberto do Amaral	53	066/05
25.	Edson Fernandes da Rosa	55	150/04
26.	Elias Pereira dos Santos	58	176/04
27.	Eliseu de Arruda Pereira	42	58/04
28.	Élson de Arruda Espindola	09	159/04
29.	Enis Alves Roberto	75	190/04
30.	Givan dos Santos	39	161/04
31.	Guiomar Bezerra	57	164/04
32.	Ypolito de Oliveira Barbosa	46	206/04
33.	Iraldino Cher Trindade	32	165/04
34.	Ivo Euripedes da Silva	25	127/05
35.	Izabelino Rodrigues	05	126/05

RELAÇÃO DE BENEFICIARIOS - PA RECANTO DO RIO MIRANDA

	<i>Nome do Beneficiário</i>	<i>LOTE N°</i>	<i>N° do Processo</i>
36.	Jafre Roberto Pinheiro de Oliveira	77	166/04
37.	Jaime Miguel de Oliveira Barbosa	50	167/04
38.	Jair Guedes de Andrade	51	168/04
39.	Jerônimo Claro de Carvalho	14	085/05
40.	João Dutra Machado	24	173/04
41.	José Barbosa	70	172/04
42.	José Jaime Silva Lima	31	058/05
43.	José Orlando Ferreira	48	174/04
44.	Jose Pereira Alves	34	175/04
45.	Juares Rateiro	41	220/04
46.	Kelly Cristina Barbosa da Silva	13	146/04
47.	Laércio Duarte Vareiro	04	059/05
48.	Laucidio Ribeiro	79	060/05
49.	Luiz Rossi	35	177/04
50.	Manoel João Malaquias	59	178/04
51.	Manoel Vicente Tavares	33	179/04
52.	Maria Aparecida Fernandes	44	181/04
53.	Maria da Conceição Cardoso ramos	10	182/04
54.	Maria de Lourdes da Silva Veiga	80	184/04
55.	Miguelá Duarte Vareiro	28	170/04
56.	Moises Morgiroth	37	185/04
57.	Paulo Morgiroth	36	191/04
58.	Ramão Barbosa Pinto	73	192/04
59.	Ramão Gonçalves	49	208/04
60.	Ramão Rodrigues	54	161/04
61.	Ramão Tinasso	03	193/04
62.	Regivani Bernardo Lopes	19	94/04
63.	Renato Inácio Policiano	30	195/04
64.	René Ferreira Barbosa	45	196/04
65.	Rodrigo Dzioba	11	211/04
66.	Rosângela Leite Fernandes	06	199/04
67.	Rubens Lopes Ferreira	71	199/04
68.	Sergia Lemes	69	217/04
69.	Severino Pio de Oliveira	21	200/04
70.	Silvio César de Oliveira	27	201/04
71.	Silvio Trefger Silva	66	197/04

RELAÇÃO DE BENEFICIARIOS - PA RECANTO DO RIO MIRANDA

	<i>Nome do Beneficiário</i>	<i>LOTE N°</i>	<i>N° do Processo</i>
72.	Tiburcio Gonçalves	62	202/04
73.	Valdemir Leite	65	061/05
74.	Valdinan Gonçalves	20	062/05
75.	Valmir Correa Lopes	78	204/04
76.	Vandecir Garcia Jara	72	
77.	Vardoly Machado	60	203/04
78.	Veríssimo Ifran	61	214/04
79.	Wagner Martins da Silva	63	063/05
80.	Waldelirio Pinheiro	26	205/04

Fonte: INCRA/ Jardim-MS

Anexo

Entrevista com assentados do Assentamento Recanto do Rio Miranda:

Número de famílias a serem entrevistadas: 24 (correspondente a 30% das famílias assentadas).

Nome:

Idade:

Estado Civil:

1-O que te levou a participar do grupo no acampamento?

2-Há quanto tempo pertence ao grupo?

3-Em que cidade morava antes de ir para o assentamento? Morava na zona rural ou urbana?

4-Já trabalhou na zona rural antes?

5-Qual foi o procedimento para se ter acesso à terra?De quem obtiveram apoio?

6-Já participou de alguma outra ocupação anteriormente?

7-Tem alguma filiação a sindicatos ou partidos?

8-Possui algum vínculo a um serviço remunerado? Dentro ou fora do assentamento?

9-Possui algum tipo de aposentadoria ou pensão?

10-Possui algum tipo de produção? Qual?

11-A sua produção está voltada para subsistência ou parte é comercializado?

12-Quantas pessoas moram na casa?

13- Qual a renda atual da família?

14-Em qual área se identifica mais com a agricultura ou pecuária?

15-Existe algum tipo de cooperativa no assentamento? Participa ou não?

16-A moradia que possui agora é melhor ou pior que antes? Ou não possuía?

17-Com relação à educação no assentamento?

18-E com relação à saúde, são oferecidos serviços gratuitamente aos assentados?

19-Participa de algum programa de assistência social?

20-Por que o assentamento foi dividido em área coletiva e individual?

21-Como funciona o uso na área coletiva?

22-Todas as famílias assentadas utilizam a área coletiva? Se não por quê?

23-Como você analisa a questão da coletividade antes e depois do acesso a terra?

24-Como você vê a atuação do sindicato dos trabalhadores rurais atualmente?

25-Em sua opinião o assentamento deu certo ou não? Se não por quê?